



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0439/04	DATA: 29/4/2004
INÍCIO: 10h32min	TÉRMINO: 12h41min	DURAÇÃO: 02h09min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h09min	PÁGINAS: 42	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RODNEY ROCHA MIRANDA – Secretário de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre denúncia de atuação de grupos de extermínio no Estado do Espírito Santo.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Wanderval Santos) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 8ª reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Esta reunião foi convocada para tratar da atuação de grupos de extermínio no Estado do Espírito Santo, conforme reportagem veiculada pela revista *Carta Capital*, que trouxe notícia sobre o tema.

Com muita honra e satisfação convidamos o Dr. Rodney Rocha Miranda, Secretário de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, que falará sobre o tema, a tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

É importante informar que havíamos estendido o convite também ao Dr. Élbio Afonso Dias Leite, Superintendente da Polícia Federal em exercício. Infelizmente S.Sa. encontra-se com a saúde abalada e em dispensa médica, mas sabemos que sua vontade era de estar aqui conosco. Com certeza, as informações a serem prestadas pelo Dr. Rodney serão aquelas que nos daria o Sr. Élbio.

Visando ao bom ordenamento dos trabalhos, vamos adotar os seguintes critérios: o convidado disporá de cerca de 20 minutos para a livre exposição do tema, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelar o convidado farão sua inscrição junto à Secretaria e, terminada a exposição do convidado, farão uso da palavra por cerca de 3 minutos, dispondo o convidado de igual tempo para resposta. Serão permitidas a réplica e a tréplica, no mesmo prazo de 3 minutos.

Passo a palavra ao Dr. Rodney Rocha Miranda, Secretário de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo.

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, bom dia a todos.

Agradeço a oportunidade de aqui vir falar da luta de nosso Estado contra a violência, especialmente os crimes dolosos contra a vida, que, infelizmente, nos últimos 2 anos, até 2002, elevaram o Espírito Santo ao patamar de Estado mais violento da Federação, proporcionalmente.

Não há como o Poder Público justificar o alto número de homicídios e delitos de grande gravidade e grande repercussão social nas estatísticas, sobretudo no caso do Estado do Espírito Santo, que, em 2002 e 2003, registrou mais de 1.600



homicídios. Considerando sua população de pouco mais de 3 milhões, isso resultou numa proporção de homicídios por 100 mil habitantes e nos levou à triste marca de primeiro colocado em violência em 2001 e 2002.

Obviamente essa violência não nasceu nesses anos. Conforme pesquisa do IBGE relativa ao período de 1980 a 2000, recentemente divulgada, em 2000 o Espírito Santo já alcançava o terceiro lugar, depois do Rio de Janeiro e de Pernambuco, nesse tipo de crime, “evoluindo” — entre aspas — mais de 160% nessa modalidade criminosa nesses 20 anos.

Em 2001 e 2002, a situação de desgoverno e desmando no Estado, acompanhada pela mídia nacional, conseguiu apenas piorar a situação, chegando o Espírito Santo a ultrapassar os outros 2 Estados.

Em 2003, tomamos algumas providências que conseguiram estancar a crescente onda de violência e conseguimos, assim, voltar, sem mérito ou comemoração, à condição de terceiro colocado.

Antes de falar dos dias atuais, pretendo fazer breve histórico sobre as raízes da violência em nosso Estado.

A cultura da pistolagem e do homicídio que gerou grupos de extermínio, motivo desta reunião, surgiu no Estado nas décadas de 40, 50 e 60 devido ao aumento de interesse pela posse de terras, principalmente no interior do Estado, onde houve — também em outras Unidades da Federação, cito Pernambuco — disputa entre famílias tradicionais. Essas disputas eram mais acirradas nos Municípios de Lúna, Afonso Cláudio, Linhares, Pancas e Baixo Guandu, a maior parte dos quais ao norte do Estado, acima da divisão entre a Grande Vitória, no centro, e o norte do Estado, mais para o lado do nordeste da Bahia.

Isso gerou uma questão cultural posteriormente abraçada por fazendeiros, políticos e lideranças regionais em que tudo se resolvia por intermédio de pistoleiros, pelo emprego da pistolagem.

Da década de 60 até 80, essa cultura ganhou outros requintes: importou-se, do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, ações e “tecnologia” — também entre aspas — em armamentos. Com isso, sofremos no Estado verdadeira metamorfose com o surgimento dos grupos de extermínio propriamente ditos, que se



desenvolveram mais acirradamente durante a ditadura militar, e a partir daí surgiram também os esquadrões da morte.

O mais forte exemplo no Estado, conhecido nacionalmente, é a chamada Escuderia Le Coq, que, como muitos grupos mafiosos e criminosos do mundo, teve origem assistencialista — há no Estado pessoas de bem que são hoje discriminadas porque já tiveram fichas na escuderia, fichas essas que são usadas para intimidar. O fato é que essa escuderia se transformou em verdadeira organização criminosa cujos principais membros praticavam homicídios — inicialmente criminosos ou pessoas suspeitas sob investigação, e, a partir daí, como instrumento de manutenção de poder, de intimidação e até de avanço sobre o Poder Público.

Passo a citar os crimes de maior repercussão no Estado, a maioria em instâncias judiciais, alguns já julgados, com pessoas condenadas: o assassinato do ex-Prefeito do Município da Serra, José Maria Feu Rosa; do sindicalista da Rodotrans, João Nonato Juliano; do Presidente da Câmara Municipal de Viana, que, como o Município da Serra, também faz parte da Grande Vitória, João José Barbosa; do advogado — conhecido nas décadas de 80 e 90 como advogado de pistoleiros — dos pistoleiros do Prefeito José Maria Feu Rosa, Carlos Batista, posteriormente assassinado; e do delegado de polícia Amelar Menezes, que lutava contra esses crimes. Houve uma chacina, ainda em fase de julgamento, ocorrida no Município de Santa Leopoldina, próximo à região serrana do Estado do Espírito Santo, onde toda uma família de 6 ou 7 membros foi dizimada — o julgamento ocorreu ano passado, com condenações, mas os réus recorreram e aguardam novo julgamento. Além de pessoas envolvidas com o jogo do bicho e banqueiros, como Jonathas Bulamarque. Por fim, mais recentemente, para nossa infelicidade, já na nossa administração, o assassinato covarde do Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, uma das vozes que se levantava contra a ação dessas pessoas.

Alguns membros da Escuderia Le Coq já estão presos, outros estão sendo investigados. O maior expoente seria o coronel da Polícia Militar, Valter Gomes Ferreira, que hoje está preso por um apoio do Estado do Mato Grosso do Sul à nossa administração, na cidade de Dourados.

Durante esse tempo todo, as investigações à pistolagem foram tremendamente dificultadas por alguns fatos como, por exemplo, medo e eliminação



de executores. Como funcionava? A escuderia contratava geralmente jovens envolvidos com tráfico de drogas para executar as suas vítimas e, posteriormente, esses executores eram executados também, por profissionais ligados à escuderia ou a organizações criminosas. Com isso, iam-se apagando os vestígios e dificultando a ação da Polícia, do Ministério Público e do Judiciário. Havia também a quebra dos elos mandantes-intermediários-executores.

Quero fazer uma ressalva neste ponto com relação às investigações da morte do Juiz Alexandre Martins de Castro Filho. A tendência, pelas nossas investigações, é que ocorresse esse roteiro. Como assim? Dos executores — 4 deles estão presos — somente 1 sabia que a vítima seria um juiz, os outros 3 foram contratados aleatoriamente por esse quarto para executar o serviço. O 3, até por uma infelicidade do grupo criminoso que os contratou, foram presos menos de 10 horas depois da execução e o quarto, decorrido quase 1 mês, depois de muito fugir deles e da Polícia, mas estávamos acompanhando.

Com isso, chegamos aos intermediários. A partir daí vem a dificuldade porque são poucos aqueles que sabem quem são os executores. Como o Juiz Alexandre, a exemplo de outras pessoas, abria muitas frentes de combate ao crime, todas as frentes estão sendo investigadas. Por isso, a investigação tornou-se bastante complexa, mas temos certeza de que vamos chegar a um final satisfatório para a sociedade e para a Justiça.

Quanto a pagamento, temos casos no Espírito Santo de pistoleiros contratados por até 350 reais. Soubemos por um depoimento informal, filmado por um dos pistoleiros, que a morte do Juiz Alexandre custou 30 mil reais; 15 mil ele já havia recebido, mas não conseguimos rastrear, e os outros 15 mil ele iria receber posteriormente. Acho que ele ia receber um “passaporte para o além” pelo que andamos levantando.

Recentemente, na semana passada, a filha de um conselheiro do Tribunal de Contas encomendou, e até já confessou, a morte do marido por 4.500 reais. Vejam que isso já é uma coisa cultural, que está sendo combatida com muita veemência no nosso Estado. Esse tipo de mortalidade não escolhe classe, sexo, condição social. Políticos, empresários, autoridades, qualquer cidadão pode ser vítima, basta



interromper ou incomodar algum interesse das pessoas que têm, repetindo a palavra, interesse na sua morte.

Ao longo do tempo, houve desvio de finalidade de comportamento na força policial, o que dificultou mais ainda e criou uma cultura de impunidade, além dessa cultura de pistolagem no nosso Estado. Surgiram os justiceiros. Temos casos de pessoas que são acusadas de mais de 100 homicídios. No mês passado, prendemos um pistoleiro não-policial na cidade de Vila Velha, réu confesso de mais de 50 homicídios. Então a situação é escandalosa.

Outra coisa que também dificultou e contribuiu para o crescimento dessa cultura de violência no Estado foi a omissão dos órgãos públicos e a infiltração nos órgãos de segurança e de inteligência de pessoas envolvidas com o crime. Junto com isso, surgiu um problema que o País todo passou a conviver, que foi o crescente uso e comercialização de substâncias entorpecentes e armas de fogo, crimes esses que geram grandes lucros e, conseqüentemente, aumentam o número de homicídios e elevam o índice de execuções no Estado e também no País.

Mais um ponto são o grande desemprego, as desigualdades, os bolsões de miséria que foram se criando. Esses bolsões são constituídos de pessoas do campo que já tinham aquela cultura de violência e que foram se fixando sem condição, principalmente em torno da Grande Vitória. Hoje, na Grande Vitória, que é um conjunto de 10 Municípios que vai de Guarapari ao Município de Fundão, temos 70% a 80% da violência no Estado.

Também houve uma desestruturação total do sistema de segurança, com a herança de uma política suja, como o próprio Governador Paulo Hartung falou, dentro da segurança pública; problemas com efetivos; falta de estrutura técnico-científica. Neste ano, conseguimos apoio do Governo Federal por meio de verbas e estamos começando a montar nossa polícia técnico-científica, que só funcionava pela boa vontade dos 26 peritos criminais que temos hoje no Estado. Estamos anunciando para breve a recomposição desses quadros.

Falando da atualidade, assumimos a Secretaria de Segurança junto com o Governador Paulo Hartung (o Governo do Estado), em 1º de janeiro do ano passado, há 1 ano e 4 meses, com ênfase principalmente nos crimes de pistolagem, tráfico de entorpecentes e tráfico de armas. Criamos um grupo de combate à



impunidade dentro da Secretaria de Segurança Pública, com delgados e policiais escolhidos, especialmente voltados para esse combate. Estamos investindo em inteligência policial, descentralizamos as unidades da delegacia de homicídios, estamos garantindo a continuidade das investigações e dando todo apoio para que, independentemente de quem seja, o acusado, ou o envolvido, este seja apresentado à Justiça e, a partir daí, pague pelos seus erros, pague pela opção de se manter paralelo à lei.

No ano passado, como falei, conseguimos breçar a onda de violência. Ainda são números muito altos, mas conseguimos algumas vitórias. No primeiro quadrimestre deste ano, fechando em abril, pudemos comemorar, embora timidamente, a mais baixa taxa de homicídios no Estado dos últimos 4 anos, o que é para nós uma vitória. Concomitantemente, conseguimos reduzir também taxas de seqüestros relâmpagos, que é o grande câncer do Brasil hoje, roubos a banco, roubos e furtos de veículos, tudo com taxa de redução entre 20% e 45%, dependendo do crime.

Srs. Deputados, a minha exposição é mais ou menos esta. Não sei se serviu para dar uma panorâmica, mas estou à disposição para os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Agradeço ao Dr. Rodney, nosso Secretário de Segurança, que, de maneira bastante própria, serena e tranqüila, procurou fazer um relato, ainda que sucinto, da situação da segurança no Estado. Creio que o debate vai enriquecer mais ainda esse tema.

Na qualidade de presidente eventual, substituindo o companheiro Deputado Coronel Alves, autor do requerimento, que vai fazer perguntas, agradeço ao Dr. Rodney a participação.

Antes de passar a palavra ao Deputado Coronel Alves, quero explicar ao Dr. Rodney e também à assistência que o plenário está vazio por conta de uma série de eventos que estão ocorrendo hoje na Casa. A Casa está vivendo um momento de certa turbulência, e isso afeta sobremaneira as Comissões, o que explica a falta de um grande número de Parlamentares da Comissão de Segurança.

Com a palavra o Deputado Coronel Alves, que tem 3 minutos para fazer sua exposição.



O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Obrigado, Deputado Josias Quintal. Começo a minha fala dizendo que, embora o plenário esteja vazio, Dr. Rodney, isso em nenhum momento vai empanar o brilho da sua exposição e da sua presença nesta Comissão. A sua fala, as nossas perguntas, o nosso debate ficarão gravados e servirão, com certeza, de assunto de pesquisa e entendimento desse grave problema, que é a questão da segurança pública em todo o País. Não é um privilégio só do Estado do Espírito Santo. Infelizmente, o Brasil vem sendo assolado por esse vírus constante, forte e poderoso, que é a insegurança pública.

Mas vamos ao tema. Nossa preocupação, após lermos essa matéria editada pela revista *Carta Capital*, publicada em 24 de março deste ano, saltou aos nossos olhos, porque uma comitiva de Parlamentares esteve lá e foi recebida por V.Sa. e pelo Governador Paulo Hartung. Estavam presentes os Deputados Neucimar Fraga, Iriny Lopes, Perpétua Almeida, eu, para verificar o trabalho desenvolvido na área da segurança pública, especificamente, naquele momento, em relação ao homicídio do Juiz de Direito, Dr. Martins, que vinha há muito combatendo o crime organizado. E lá estivemos para verificar o trabalho; fomos recebidos, como eu disse, por V.Sa., pelo Governador, e vimos que o trabalho estava coroadado de êxitos. Logo em seguida, houve a prisão de um cidadão conhecido pela alcunha de Lombrigão, alguma coisa assim, que estava diretamente envolvido naquele crime.

Quando começamos a ler a reportagem, surgiu-nos a idéia de convidar o Superintendente da Polícia Federal e o Secretário de Segurança Pública aqui presente, para nos expor como está sendo tratada essa questão pelo Governo do Estado, pela Secretaria de Segurança Pública, e como nós, aqui na Câmara, especificamente na Comissão de Segurança Pública, poderíamos auxiliar. Esse foi o primeiro momento. Mas, quando começamos a ler mais ainda, ficamos mais preocupados.

E aí começo a formular algumas perguntas. Desconsiderando aqui o fato jornalístico da revista, que é natural e entendemos todos, há algumas coisas realmente que são ditas e que fazem com que tenhamos pelo menos a preocupação de como enfrentar esse problema.

Diz a matéria: "*Ninguém é poupado, do juiz ao promotor, seja Deputado, seja Governador*". A primeira pergunta é nesse sentido: essa ação é efetiva? Os



pistoleiros, os mandantes, o crime organizado não faz discriminação nenhuma a autoridades, seja autoridade estadual, federal ou municipal, seja, por exemplo, o Secretário de Segurança Pública? V.Sa. já recebeu também — o que aqui está sendo dito, “ninguém é poupado” — ameaças ou não? E como tem sido realizado esse trabalho de oposição a esse recado, vamos dizer assim? Essa é a primeira pergunta. Realmente é isso? Se for assim, estamos mais alarmados ainda.

Soubemos também, naquela oportunidade, quando lá estivemos, do envolvimento de policiais militares ou parte de policiais militares, que eram contratados para o crime de pistolagem. Eram capitaneados por um coronel — infelizmente, deve ser um coronel do mal —, o coronel Gomes Ferreira, que seria um dos afilhados do famoso pistoleiro, o Corleone Capixaba, como diz, em um fato que narra, a revista *Carta Capital*. Olhando a fotografia, temos até pena, é um senhor de mais de 80 anos, praticamente cego, que não sabe o que se passou e o que ele coordena. Se o coronel, hoje preso, esteve no Acre, em contato com o outro coronel — só deu coronel, são todos do mal.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Mas estão todos presos. Há também uma especulação na reportagem de que haveria um vínculo de troca de favores, de troca até de *know-how*. Diziam: “*Você atua aqui e eu atuo lá*”, como se fosse uma empresa. Há realmente isso? Houve indícios e esses indícios foram apurados e transformados em fatos? Há esse intercâmbio do mal, dos coronéis do mal? Sabemos que não são muitos. Mas quando a imprensa descobre ela divulga como se fosse toda uma instituição. Porém, sabemos que há imprensa séria neste País que sabe que não é isso.

A terceira e última pergunta refere-se ao que o senhor disse na sua exposição, ou seja, que o Estado do Espírito Santo começa a dar resposta. Isso nos dá uma grande alegria. Esses índices sobre crimes contra a vida, sobre o crime organizado, são controlados, são admissíveis? Esses dados que V.Sa. acabou de citar estão em disponibilidade? Se estiverem, gostaria que fossem remetidos para esta Comissão para servir de subsídios para futuros debates e esclarecimentos.

Estas são as nossas 3 perguntas. Gostaria de ouvir as respostas de V.Sa.



O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Obrigado pelas palavras, Deputado. Gostaria de inverter um pouco a ordem das respostas, fazendo referência, primeiramente, às dificuldades do Estado. V.Exa. teve oportunidade de ouvir do próprio Governador Paulo Hartung quão violenta foi a ação do crime organizado no Estado do Espírito Santo na última década, contando até 2002, especialmente nos últimos 4 anos, o que culminou, inclusive, com pedido de intervenção federal e missão especial no Estado.

Quando assumimos o Estado, recebemos como uma das heranças, além da completa destruição do aparelho de segurança estatal, 1 bilhão e 300 milhões de restos a pagar. Um bilhão e 300 milhões de dívidas feitas e que teriam de ser saldadas pelo Governo. Com isso, no primeiro ano de Governo poucos investimentos foram feitos em contrapartida de alguma coisa que conseguimos salvar do Governo anterior, que estava à disposição, como recursos do Ministério da Justiça, alguma negociação, por meio de promessas do Presidente Lula e do Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Em 2003, só de salário atrasado nós pagamos 16 folhas. Salvo engano, foi o Estado que mais corrigiu folha de pagamento no ano passado. Pagamos 800 milhões e ainda temos ainda milhões a pagar este ano. A situação deste ano ainda não é confortável. Mas todo o apoio que este Secretário e os policiais precisam para o combate à criminalidade está sendo oferecido pelo nosso Governador Paulo Hartung, inclusive a liberdade para combatermos o crime, como já adiantei anteriormente.

O Governador Paulo Hartung nunca me pediu, ou a qualquer policial — nem pedirá, com certeza, pois não é do seu estilo —, que investigue ou deixe de investigar, acelere ou freie determinada investigação, prenda ou deixe de prender. Ele foi bem franco quando me convidou e mantém isso até hoje dizendo: *“Eu pouco entendo de segurança pública. Estou trazendo uma pessoa em quem confio para tocar. Dessa forma, o que você fizer e quando você tiver qualquer demanda me traga que eu lhe ajudo na medida da possibilidade do Estado”*.

A nossa programação era para começar a ter bons resultados, resultados visíveis, nos 2 últimos anos de Governo, porque já tínhamos pago toda essa dívida e, ao mesmo tempo, montado uma estrutura mínima para podermos trabalhar. Graças



a Deus estamos conseguindo isso com um pouco de antecedência, embora ainda sejam, na nossa opinião, tímidas, as nossas vitórias.

Com relação ao crime do juiz, há outras ações. Como não podíamos investir, trabalhar com recomposição de pessoal, reorganizamos toda a estrutura. Para se ter uma idéia, a distribuição do policiamento antes era feita de forma política: quem apoiava o Governo ganhava mais policiais; quem não apoiava ficava com um número ínfimo. Então, redirecionamos todo o policiamento, retiramos a política da segurança. Trabalhamos num conceito que chamamos de segurança técnica. Então, o nosso limite, o limite dos nossos policiais é a lei. O que a lei permite, eles podem fazer. Além da lei, ninguém pode, seja policial ou não.

Com isso, conseguimos muitas vitórias, como, por exemplo, o aumento da eficiência das nossas polícias. Tivemos mais de mil prisões em 2003, além do número de prisões de 2002. Apreendemos mais de 1.300% de drogas em 2003 em relação ao mesmo período de 2002. Apreendemos 30% a mais de armas em 2003 em relação a 2002.

Aqui faço um parênteses, até por conta do oferecimento de ajuda desta Casa. Este ano, nesses primeiros 4 meses, uma das coisas importantes para a diminuição da violência — essa diminuição que, embora querida, não era esperada para esse primeiro semestre — foi a nova Lei do Desarmamento, aprovada por esta Casa, principalmente no que quesito que temos acompanhado: o desarmamento da população. Ontem, estive em um seminário sobre desarmamento no Rio de Janeiro, promovido pelo Governo Estadual e pela Organização das Nações Unidas. Tive oportunidade de dizer — e repito — que alguns questionamentos existem quanto à inconstitucionalidade do item que torna inafiançável o crime do porte de arma ilegal.

Acho que o retorno à fiança vai ser uma grande derrota para os organismos de combate à criminalidade. Por quê? Porque embora no passado tenhamos aumentado o número de apreensões de armas, a pessoa era presa, lavrava-se um auto, um termo circunstanciado, e ela ia para a rua. Dada a facilidade que tem o comércio de armas em nosso País — não é segredo para ninguém — ela comprava outra arma e continuava sua trajetória criminosa. Isso refletia pouco nos índices.

Hoje, a pessoa, mesmo que provisoriamente, mesmo com o tempo limitado, pode ser mantida custodiada. E isso tem nos ajudado no combate à criminalidade,



principalmente na diminuição dos índices de homicídios, que no nosso Estado, a exemplo de outros, mais de 70% são cometidos com armas de fogo.

Então, o meu primeiro pedido a esta Casa é que não deixe cair este artigo. Sei que isso tem causado problemas. Para nós tem causado, porque concomitantemente a isso tem aumentado o número de presos nas nossas prisões, que são precárias, mas entre deixar um homicida solto e deixá-lo num banco de uma delegacia, prefiro deixá-lo no banco de uma delegacia até o Estado ter condições de resolver esse problema de falta de vagas no nosso sistema prisional.

Com relação às investigações do caso do Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, isso está sob segredo de Justiça, infelizmente. Infelizmente, porque aqui não vou poder prestar esclarecimento algum. Com relação à essa pessoa que o senhor citou, é uma pessoa conhecida como Soquinho. Embora essa aparência frágil, esse senhor é acusado de comandar os grupos de extermínio do norte do Estado do Espírito Santo. Ele está com essa aparência frágil porque foi preso. Ele é da cidade de Pancas, reduto de pistoleiros no Estado do Espírito Santo, e raiz do Coronel Walter Ferreira. Nem gosto de referir-me ao Coronel Walter Ferreira, porque acho que estou desonrando a nossa Polícia Militar ao atribuir esse cargo a essa pessoa que há muito afastou-se da função policial. É uma pessoa perigosíssima, sem escrúpulos, que identificamos como uma ameaça às autoridades públicas no Estado. Está sendo investigado e esperamos poder retorná-lo à cadeia, dessa vez em definitivo, para que passe pelo menos seus últimos dias pagando um pouco por tudo o que fez de mal para o Estado do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Sr. Presidente, gostaria de fazer outras indagações sobre essa questão. Começarei com o cidadão — aliás, bandido — Soquinho. Ele continua preso?

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Não, está solto.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - E com todas essas acusações. Essa é uma outra questão do nosso sistema de segurança pública que precisa ser aperfeiçoada, o que passa necessariamente pelo Ministério Público e pela Justiça.

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Também passa pelo sistema prisional. Se tudo não funcionar, não adianta prender.



O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - É também sabido, Sr. Secretário, que cerca de 2, 3 anos atrás — e peço a ajuda do Deputado Josias Quintal para formular essa pergunta — o Estado do Rio de Janeiro apertou muito o crime organizado. Se não me engano, à época o Secretário era V.Exa., Deputado Josias Quintal. Tivemos notícias de que, com esse aperto, os bandidos passaram a migrar para o Estado do Espírito Santo. Há alguma verdade nisso? Caso tenha sido identificada essa migração, teria havido troca de informações — que é o que mais desejamos na atividade policial? Sabemos que as pessoas que recebem essas informações não estão preparadas para isso e acabam voltando-se contra nós. São essas as duas perguntas, uma já foi respondida — o Soquinho não está preso — e a outra questão é sobre a questão da migração.

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Essa migração de várias pessoas do Rio de Janeiro, como também de Minas Gerais e da Bahia, foi de presos por envolvimento em crimes no Estado do Espírito Santo. O Rio de Janeiro também já recebeu a visita de capixabas e de mineiros. Costumo dizer que o crime não tem fronteiras, e aí volta-se à Lei do Desarmamento.

Na época, nós, secretários de segurança, apresentamos uma sugestão para o então Relator na Câmara — se não me engano o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh — para que a Lei do Desarmamento regulamentasse a atuação das Polícias nas fronteiras dos Estados. Na ocasião, conversei com o então Secretário Josias Quintal, no Rio Grande do Sul, sobre essa atuação na Região Sudeste, incluindo o sul da Bahia. Essa atuação conjunta, integrada, unificada, é essencial para o combate ao crime.

Ontem, coincidentemente, conversando com colegas representantes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, em seminário para a Região Sudeste, soube que Minas Gerais está batendo nisso com muita ênfase. Poderíamos buscar um processo, tal qual o Governo Federal está tentando implantar — o Sistema Único de Segurança —, nos adiantarmos e fazer alguma interligação, especialmente na área de inteligência das nossas polícias. O problema que me afeta, afeta também o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Soube que Minas Gerais já estabeleceu um convênio com o Distrito Federal e Goiás para atuação conjunta nas áreas de divisas. Falo sobre isso com propriedade porque fui eu quem levou essa



idéia para Minas Gerais. Solicitei um convênio, mas embora esteja avançando ainda é pouca a condição que temos de estrutura, por isso não consegui adiantar essa conversa com Minas Gerais. Em breve receberei a minuta e poderei tratar do assunto. Então, Minas Gerais está fazendo isso com Goiás, vai fazer conosco e faremos com o Rio de Janeiro.

Também estamos adiantando um convênio com o Rio de Janeiro para unificação das ações. O Rio de Janeiro e o Espírito Santo têm um equipamento chamado microcomparador balístico, que faz a radiografia das armas apreendidas. Queremos fazer a interligação das informações desses 2 microcomparadores para identificar, por exemplo, se uma arma capixaba usada em num crime cometido no Rio de Janeiro é a mesma, e vice-versa.

Voltando à pergunta anterior, diria que temos colocado na cadeia e na rua vários policiais envolvidos com crime. Agora poderemos dar uma freada nisso. Pelo menos, não terão coragem de se atrever a cometer crimes com armas da corporação, ou, se já o cometeram, terão que responder por eles, pois estamos fazendo gradativamente o recadastramento de todas as armas do Estado — primeiro as oficiais e depois aquelas que têm concessão de porte. Por causa de todas essas dívidas do Governo, só este ano conseguimos consertar o microcomparador que estava com defeito.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Sr. Presidente, Deputado Josias Quintal, dou-me por satisfeito com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Obrigado, Deputado Coronel Alves. Peço-lhe que assuma a Presidência para que eu possa fazer as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coronel Alves) - Passo a palavra ao Deputado Josias Quintal, próximo orador inscrito.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Secretário Rodney Miranda, V.Sa. fez abordagem histórica a respeito do crime no Estado do Espírito Santo. Cada Estado tem suas peculiaridades, uma história própria da evolução do crime. Fica muito claro que num certo momento da história do Espírito Santo houve, digamos assim, uma mistura podre da política, da Polícia e do crime organizado. O resultado foi aquela sucessão de fatos ocorridos



recentemente no Estado do Espírito Santo, que o colocaram na berlinda. O Estado passou a apresentar os maiores índices de homicídios do Brasil, e outras formas de delito entraram em franca ascensão. Trata-se de um Estado cuja população é ordeira e trabalhadora, mas passou a enfrentar essa situação e a ter sua imagem completamente deteriorada.

V.Sa. chegou nesse momento de turbulência e com seu trabalho e vontade política — porque não adianta apenas contar com um secretário competente, é preciso haver vontade política —, conseguiu tirar o Estado desse cenário e esvaziar as notícias. Portanto, quero parabenizá-lo e desejar ao Governo do Espírito Santo que continue nessa linha.

Esse crescimento que se viu no Espírito Santo, da Escuderia do Le Coq, é uma aberração. O policial Le Coq foi um bom policial para os padrões da época. Era investigador ao tempo em que a criminalidade era incipiente, e se notabilizou pelo estilo próprio e pessoal. Alguns policiais, rendendo homenagem a ele, instituíram essa escuderia no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

Uma série de desvios aconteceram por conta de integrantes dessa escuderia, tanto no Espírito Santo, como também no Rio de Janeiro. Talvez fosse melhor homenagear um policial, ou um administrador, ou alguém que fosse capaz de fazer de fato uma grande reforma estrutural na Polícia, e não alguém que se notabilizasse apenas por uma outra ação episódica.

Com todo respeito à Escuderia Le Coq, acho que exageraram na dose. Lamentavelmente sua imagem serviu também como referencial para grupos de policiais bandidos. Isso aconteceu de uma maneira muito clara no Rio de Janeiro também.

Bem, com relação ainda ao Espírito Santo, devo dizer que tenho uma afinidade muito grande por esse Estado, primeiro, porque comandi um batalhão em Campos, que faz fronteira com o Espírito Santo, e o crime em Campos se assemelhava muito ao desse Estado: roubo de carro, desmanche de veículo, rota de narcotráfico, grupos de extermínios e policiais assassinos do Rio de Janeiro, minha região, mancomunados com policiais assassinos. Havia uma mistura muito forte também. Isso ficou marcado para mim.



Mais tarde, houve um acontecimento no Espírito Santo que me marcou muito: a morte do Juiz Alexandre. O pai do Juiz Alexandre foi meu colega de turma, meu colega de academia. Dormimos juntos vários anos na Academia. Esse pai do Juiz Alexandre, que também chama-se Alexandre, foi o primeiro aluno da minha turma.

Ele tinha um carinho enorme por aquele filho, procurou dar a melhor educação para aquele filho. E vejam como é o destino: ele, Coronel da PM do Rio de Janeiro, e o filho, um juiz, notável como ele foi na Polícia, é assassinado. Ao que tudo indica — não estou afirmando — por ordem de um integrante da própria Polícia Militar. Vejam como o destino é cruel em certas situações. Essas coisas me marcaram muito.

Mas vejo também, a exemplo do Espírito Santo, a criminalidade crescer em todo o País. Vejo uma omissão muito grande do Governo Federal, que é responsável pelas políticas econômicas e sociais deste País. E todo mundo sabe que o crime é um fenômeno sóciopolítico e econômico. E, sendo o Governo Federal responsável por essas políticas, deveria, de um modo igual e até mesmo atendendo ao próprio preceito constitucional, estar presente e dizer sim no trato desta questão.

Mas, infelizmente, os Governos Federais, incluindo o Governo Lula, têm sido absolutamente omissos nesta questão.

São alguns pontos que servem para ilustrar, para mostrar claramente a omissão do Governo Federal e também do Congresso Nacional. Este tem sido absolutamente omissos nesta questão.

Quero dizer aos meus companheiros, Deputado Coronel Alves, Gilberto Nascimento e outros do mesmo talento que nesta Legislatura temos que mexer com essa questão.

Na Constituição Federal: o § 7º, do art. 144, determina que se faça uma lei para definir o papel das instituições policiais, de modo que sejam voltadas para sua eficiência. São 15 anos de Constituição. Já se comemorou o aniversário de 15 anos da Constituição e até hoje sequer essa lei foi votada.

O Congresso é omissos, pois editou a Constituição Federal, mas não a fiscalizou. Do mesmo modo, a lei que trata dos crimes hediondos, uma lei importante que obriga o Governo Federal a ter estabelecimentos prisionais para retirar dos Estados criminosos de periculosidade, que possam comprometer com suas ações a



ordem pública do Estado. Tirar esses criminosos das bases territoriais do Estado para serem recolhidos em presídios federais.

Diante disso, pergunto: quantos presídios federais a União construiu até hoje? São 14 anos de lei, lei que o Congresso votou e não fiscalizou. Fico imaginando onde vamos chegar.

O programa político do PT é muito rico. Ele foi feito por muitas mãos. Embora eu tenha uma postura diversa do PT e faça parte de um partido ou de um grupo político que faz oposição ao PT, eu aplaudi esse programa. Ele inova e traz mudanças interessantes.

Mas o que vejo após 1 ano e meio de mandato do Governo Lula? Vejo que nada aconteceu. O projeto de S.Exa. está na gaveta, e ao que tudo indica, se não houver uma cobrança, uma forçação de barra do Congresso, vai se constituir em mais uma daquelas promessas, daquela conduta da antífrase do Lula, quer dizer, o que fala não faz, faz exatamente o contrário.

Feitas essas ponderações, fico a perguntar a V.Sa. também — que é uma autoridade na segurança pública e participa de encontros nacionais, está sempre em contato com o Governo, com o Ministério da Justiça, está sempre em reuniões: que caminhos devemos tomar?

A criminalidade vai avançando, e ninguém faz absolutamente nada. Temos um modelo policial que é seguramente o pior do mundo. Essas policias que existem aqui, no Brasil, nos Estados, são partidas e incompletas, são 2 metades que não fazem um todo e que são responsáveis por menos de 6% da elucidação de crimes. Elas revelam ineficiência total, por conta de um modelo estrutural.

Ficamos nós a fazer leis: uma lei aqui outra ali, que tem repercussão, ocupa espaço da mídia e tal, mas na verdade não vai representar muito no conjunto das ações que devem reverter o quadro.

Pergunto a V.Exa: que caminhos devemos tomar diante dessa situação?

Vamos fazer uma mudança estrutural nos modelos das Polícias? Partir para a construção de outras instituições? O Secretário Garotinho propõe alguma coisa interessante agora, que é a polícia de fronteira, a criação de guarda. Seriam mais 2 instituições policiais essenciais importantes.



Vem minha proposta da Polícia completa, e vêm outras propostas de outros Deputados também voltados para a unificação. Mas a verdade é que temos cento e tantos projetos em andamento, aqui na Casa, e não saem da gaveta. Diante disso, fico a indagar que caminhos devemos tomar?

Para finalizar, faço também uma crítica aqui muito clara ao Judiciário. Este Judiciário brasileiro é uma vergonha. É um absurdo. Eu, quando Secretário no Rio de Janeiro, mandei fazer uma repressão às pequenas máquinas eletrônicas — porque o jogo do bicho foi perdendo força e foi sendo substituído pelas maquinetas operadas pelos banqueiros de bicho e também associados a policiais.

A situação era: policial com uma maquineta, pagando pedágio para bicheiro e também para traficante. Para entrar nas favelas, tem um tráfico, tem que pagar um pedágio.

Mandei fazer repressão. Chegamos a prender umas 3 mil maquinetas. E olha que foram trinta e poucos mandados de segurança com liminares. Houve um desembargador que me deu uma decisão, numa dessas liminares desses mandados de segurança, obrigando-me a me abster da repressão às máquinas e me obrigando e devolver aquelas apreendidas.

Existe esse primor de decisão judicial — eu tenho isso guardado — que mostra a postura da nossa Justiça.

Ainda recentemente na CPI da Pirataria tivemos alguns dissabores quando o Ministro concedeu uma liminar favorável ao Law Kim Chong — o maior contrabandista do Brasil, dono de um império de São Paulo — que teve o privilégio de não ter seu depoimento gravado ou assistido pela mídia em São Paulo. E o fato se repetiu novamente com o mesmo Magistrado, o mesmo Ministro, nesta Casa, impedindo que a mídia, inclusive a *TV Câmara*, tivesse acesso ao seu depoimento em Brasília, o que nos obrigou a tomar atitude de rebeldia contra esse tipo de decisão, que é absolutamente condenável. Mas foi a saída que tivemos.

Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados, fico observando, ainda na questão da pirataria, que existem hoje, no mercado de cigarros do Brasil, 16 fábricas de cigarro. Duas dessas fábricas pagam 99,06% dos impostos e 14 delas são responsáveis por 12% do comércio de cigarro e pagam apenas 0,4% de IPI. Fábricas de cigarro do Rio de Janeiro levaram multas cujos valores ultrapassam todo o seu patrimônio. São



fábricas com 330 milhões em multas, que sonegam diariamente, falsificam selos, foram flagradas falsificando-os. A Polícia investiga, a Receita autua, eles recorrem na Justiça e ficam funcionando, sem contribuir minimamente com impostos, produzindo cigarro abaixo do preço de custo. Está provado que o custo de produção de uma carteira de cigarro chega a R\$1,6 e tem fábrica vendendo a 70 centavos, isso por conta de sonegação, do contrabando e de uma série de outras coisas.

Por trás disso tudo, há também as decisões judiciais. Todas as empresas bandidas estão funcionando e enchendo o mercado brasileiro de cigarros falsificados, pirateados etc, funcionando à margem da lei e sempre com aval da Justiça. Esse é um complicador que se reflete também em outras áreas da nossa atividade.

Feito esse desabafo, pergunto ao nosso Secretário que caminhos podemos seguir para mudar todo esse quadro.

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Deputado, certamente não vou perder a oportunidade de apresentar algumas coisas. Sou policial há quase 20 anos, fui da Polícia Civil do Distrito Federal, agente e delegado, por 12 anos; hoje sou Delegado da Polícia Federal. Gosto e estudo o tema, vivencio o tema, gosto de me ver como policial da base, um policial da rua. Meu histórico policial, em toda minha vida profissional, foi trabalhar no combate ao crime, conforme dizemos em Brasília: na linha de frente. E tenho muito orgulho disso. Sou filho de policial também, meu pai é agente da Polícia Federal, aposentado. Portanto, vivo e só sei fazer isso, embora, muitas vezes, bem aquém do que as pessoas esperam. Mas me esforço bastante.

Acredito que o Congresso, a Câmara e o Senado, pode, e muito, ajudar com relação a esse problema de violência no País. V.Exa. citou a Lei dos Crimes Hediondos, editada em 1990, que, não sei se V.Exa. se recorda, ocorreu num momento de comoção e de indignação, como quase todas as leis que são votadas e promulgadas nessa área no País. São leis que vêm como reação às situações vigentes, nem sempre com formato ideal ou que resolva ou ajude a minorar a questão.

Partindo da sua análise, diria que a violência possui um quadrado que se completa e tem de funcionar para ser combatida. Começamos pela Polícia, pelo Ministério Público, pela Justiça e pelo sistema prisional. Se um desses elos for



quebrado, não adianta uma polícia eficiente, um Ministério Público que denuncie, uma Justiça que julgue, um sistema prisional que faça a reinserção, porque não vai funcionar. Se qualquer um desses elos falhar, não vai funcionar. Portanto, temos de começar a pensar nisso como um todo.

Por essa razão, apresentei algumas sugestões, coisas bem pessoais. Falo agora como policial, não como Secretário de Segurança que exerce um cargo político. Primeiro, é difícil — V.Exa. o sabe por já ter sido Secretário de Segurança —, é muito difícil fazer polícia hoje sem dinheiro, sem condição de avançar tecnologicamente em termos de formação, de treinamento, de ter equipamento moderno e disponível, até porque a criminalidade, além de não respeitar o estado de direito, que é uma vantagem a seu favor, tem acesso, devido ao seu poderio, à tecnologia, ao armamento e, em muitos casos, à organização superior das próprias polícias. V.Exa. mesmo mencionou a divisão das polícias e a falta de comunicação entre elas. Temos tentado, no Espírito Santo, efetuar a integração das polícias com relativo sucesso.

V.Exa. citou a proposta do Secretário do Rio de Janeiro de criação da Guarda Nacional de Fronteiras. Penso que poderíamos resgatar projeto que foi debatido e que infelizmente o Governo atual não adotou, porque constava da proposta de Governo de outro candidato, mas que nasceu na base da Polícia Federal e que se refere ao policial fardado. Seria muito mais do que criar outra unidade, a Guarda Nacional, que, pelo que entendi do Secretário Garotinho, seria uma nova Polícia. Já temos dificuldade de integrar Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Guardas Municipais, quanto mais colocar ainda uma Guarda Nacional, fora as esporádicas inserções do Exército, para mim, impróprias, porque não é essa a missão constitucional do Exército. Não devemos misturar as coisas. Mas, se criássemos um segmento fardado da Polícia Federal para fazer o controle de fronteiras, de aeroportos e até de custódias e plantões, poderíamos liberar nossos agentes para fazer as investigações. Tenho o exemplo de um delegado que disse haver um agente que trabalhava com ele, que era engenheiro pós-graduado e estava no aeroporto ganhando de 3 a 4 mil reais. Sua grande missão era olhar a fotografia, olhar o rosto da pessoa e olhar novamente a fotografia, bater um carimbo e liberá-la. Quer dizer, estamos subaproveitando



essas pessoas. Poderíamos colocar pessoas com qualificação menor para executar esse trabalho ostensivo, digamos, com muito mais qualidade, ligadas ao mesmo órgão, que é a Polícia Federal.

Ontem, o Desembargador Lúcio Albano, se não me engano, da Secretaria de Segurança de Minas Gerais, fez interessante pronunciamento, durante abertura do seminário, sobre a Polícia e sobre a perda de autoridade do delegado, perda da autoridade policial. Disse ele ser preciso, com o que concordo, que o delegado volte a ser o presidente do inquérito policial. Hoje, o delegado divide essa função com “n” pessoas. O desembargador, como magistrado aposentado, como ex-membro do Ministério Público, exemplificou dizendo ser um absurdo uma casa estar cercada e se ter de procurar um Juiz, de madrugada, para expedir mandado de busca para se poder entrar na casa.

Meu raciocínio é muito simples, como delegado de polícia: se posso restringir a liberdade de uma pessoa, se posso cercear a liberdade, mesmo que temporariamente, por que não poderia determinar uma busca? É uma coisa um pouco incoerente. Sei que a Constituição foi elaborada num momento de comoção nacional, saindo de uma ditadura. O art. 5º da Constituição é totalmente voltado para o Poder Público, para evitar que ele invada a privacidade e a liberdade das pessoas como ocorreu no passado. Mas hoje os tempos são outros, temos que começar a mudar. Não podemos continuar carregando esse estigma o resto da vida.

A minha proposta é que os mesmos padrões usados para a prisão em flagrante sejam utilizados para o mandado de busca e apreensão. A autoridade requisitante determinaria e teria 24 horas para informar ao juiz, fundamentadamente, sob pena de abuso de autoridade. Porque daí a autoridade iria pensar. A mesma coisa acontece na prisão. Na prisão, lavra-se o auto, comunica-se em 24 horas a autoridade judiciária, sob pena de abuso de autoridade. A Lei de Abuso de Autoridade existe para isso. E daria mais celeridade para as diligências. Esse é um entendimento pessoal meu, o qual, para minha alegria, é compactuado com o entendimento do Secretário de Minas Gerais que é desembargador aposentado.

Fala-se muito na extinção do inquérito policial. A extinção do inquérito policial, pura e simplesmente, vai fazer que se volte às investigações de gaveta.



O inquérito policial, para mim, é uma peça que deve existir, porque possibilita o controle do Ministério Público e do Judiciário. Senão, eu vou definir o que eu vou ou não investigar, na gaveta. Ou, então, vamos acabar com a aquele policial, vamos chamar de peça investigatória. Quer dizer, vai dar na mesma.

O que eu acho é que deve haver a modernização do inquérito policial. Isso tem que partir desta Comissão, desta Casa. Eu tenho até uma sugestão para apresentar, já que a reunião está sendo gravada, que é a seguinte: a fé pública da autoridade policial, como a tem o escrivão. Ao invés de ele ouvir a pessoa e colocar o termo de declaração, que vai ser feito em juízo — todos os termos de declarações e interrogatórios são feitos em juízo — ele ouviria e faria o seu relatório, o qual teria fé pública. *“Eu falei com fulano e ele me falou isso”*. E aí sim. Porque não adianta nada colocarmos aqui, uma vez que a pessoa, orientada depois pelo advogado, muda em juízo mesmo. Quer dizer, qual é a diferença de ele pegar e simplificar isso? Ao invés de cinquenta, cem páginas, teremos 5, 10, num relatório bem feito, mais célere, como é feito em algumas polícias como, por exemplo, a americana, cujo relatório do policial supre demais diligências. E aí poderíamos investir mais na perícia, nas provas técnica e acabar um pouco a prova testemunhal, que ficaria um pouco de lado.

Então, são opiniões de alguém que trabalha, há quase 20 anos nisso, e sente as dificuldades.

A Lei nº 9.099, que criou o termo circunstanciado, já melhorou muito. E é isso que acontece: a autoridade policial lavra um termo; assina; assinam testemunhas, e pronto acabou, uma página resolve isso e o julgamento sai mais rápido.

Vou, agora, para o segundo ponto — perdoe-me até se eu me alongar um pouquinho, mas como eu falei eu não quero perder essa oportunidade.

Deve haver um controle externo tanto do Ministério Público quanto do Judiciário, a exemplo do que existe na Polícia.

Por que o processo de seleção do Ministério Público — aqui eu tenho vários amigos e companheiros, com os quais eu nunca deixei de trabalhar — é basicamente o mesmo que eu tive na Polícia Federal, pelo CESPE da UNB? A nossa investigação é até mais profunda. Por que a pessoa que entra para o



Ministério Público tem atestado de idoneidade e a Polícia não? Eles são passíveis de corrupção, de desvio de conduta...

(Intervenção inaudível.)

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Espírito Santo tem uma triste memória disso.

Então, deve haver controle externo, como deve haver, até pelo que o Deputado Josias Quintal falou, controle do Judiciário. Isso é um instrumento democrático; não é um instrumento regulador.

A mídia, como V.Sa. e o Deputado disseram, deve ter responsabilidade social — e não estou falando em censura. Não é possível exibir corpos no meio da rua, ao meio dia ou no final da tarde. Não é possível! A criança que está vendo isso acaba por acreditar que corpos no meio da rua são a coisa mais comum do mundo. E, lá na frente, nós, policiais e Secretários, é que vamos sofrer as conseqüências.

Ontem, o desembargou falou sobre reforma. Deve haver uma reforma urgente, mas consciente, no Código de Processo Penal.

O Código de Processo Penal de 1940/1941, com algumas mudanças e remendos, hoje é um instrumento que apenas atrasa os julgamentos e beneficia os que cometem crimes.

A morosidade do julgamento, em muito, se deve à defasagem do Código de Processo Penal. Fez-se uma reforma no Código de Processo Civil, a qual já melhorou muito as relações cíveis. Agora, é necessário, é urgente e deve partir desta Casa uma reforma do processo penal. Por exemplo, simplificando o CPP — não adianta simplificar o inquérito —, o inquérito também seria simplificado. A partir daí, a Justiça poderia dar uma resposta mais contundente aos anseios da sociedade.

Por último, o sistema prisional. Precisamos de uma justiça que privilegie as penas alternativas para que ladrões de galinha deixem de ir para as cadeias, onde se tornam traficantes, homicidas, latrocidias, e os presídios deixem de ser instrumentos de formação de delinqüentes. Hoje os presídios são depósitos de formadores de delinqüentes. A Lei de Execução Penal — LEP é avançada, mas tem de ser cumprida. E, para que isso ocorra, o Estado tem de ter condições de



cumpri-la. Nesse ponto, voltamos ao problema do dinheiro; se não houver dinheiro, não se pode fazer. Essa não é nem a minha área, mas de Secretaria de Justiça.

Que larguemos, finalmente, esse estigma de ter uma das maiores taxas de reincidência do mundo — hoje, de mais de 90%. No nosso Estado, mais de 80%.

O Colegiado de Secretários de Segurança, criado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no ano passado, tem dado algumas sugestões ao Governo Federal e ao Parlamento sobre formas de financiamento da segurança pública. Porque a segurança pública, como a educação e a saúde, tem de ser prioridade também. Uma das formas seria a destinação de parte da verba do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações — FUST. Ou seja, sugerimos que 20% do for arrecado, parece-me que hoje há 5 bilhões lá, vá diretamente para as áreas de segurança e para a Secretaria Nacional de Segurança. Ali se faria os repasses e os investimentos devidos. Essa seria uma fonte. Já se sugeriu também, na nossa época de Secretário, um percentual da CPMF, idéia que foi rechaçada.

Então, tentamos apresentar uma saída para o Governo, a fim de que este nos ajude a sair do buraco em que nos encontramos em termos de investimentos, porque, sem dinheiro, vai ficar cada vez mais difícil.

Obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente. E desculpe-me por me ter alongado tanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coronel Alves) - Dr. Rodney, a sua fala é sempre prazerosa e confortante.

Deputado Josias Quintal, V.Exa. está satisfeito ou quer fazer alguma réplica?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Absolutamente satisfeito, Sr. Presidente. Era isso o que eu esperava mesmo. Não fui surpreendido.

Apenas quero pedir ao Secretário, a título de colaboração, que encaminhe para esta Comissão, para o nosso acervo, algumas propostas da área de Segurança Pública do Espírito Santo para o Brasil, as quais servirão para nos orientar na condução dos trabalhos. Gostaria muito de receber um documento de lá com essas propostas.

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Providencio, e semana que vem a Comissão já recebe.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Coronel Alves) - Obrigado, Deputado Josias Quintal.

Apenas para dar conhecimento a V.Sa., Dr. Rodney, ressalto que já existe nesta Casa um projeto de lei, salvo engano, do Deputado João Campos, que, a exemplo do que V.Sa. citou, pretende carimbar uma verba, como no caso da educação e da saúde, para a segurança pública. Lembro-me bem de que o Deputado João Campos já apresentou isso.

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Deputado, se V.Exa. me permite, o problema da verba carimbada vai ficar melhor resolvido no Estado. É uma das grandes críticas ao Estado hoje diz respeito a essas verbas carimbadas para a educação e para a saúde, pois, muitas vezes, eles têm de inventar investimentos, porque, senão, caem na Lei de Responsabilidade Fiscal. E aí eu estou indo para uma seara que não é minha. Mas, ouço, nas reuniões dos Governadores, até por força do ofício, que se está tentando — e isso foi discutido também com o Secretário — uma fonte federal, a qual, pelas informações que temos, está sendo subutilizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coronel Alves) - Obrigado.

Com a palavra o nobre Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Sr. Secretário Rodney, Deputado Coronel Alves, Parlamentares presentes, cada vez que ouvimos Secretários nesta Casa, ficamos mais preocupados. Porque, Dr. Rodney, a impressão que temos é a de que chegamos ao fim da linha, que o crime organizado venceu.

Ficamos angustiados quando V.Sa. diz que matadores profissionais do seu Estado — e, infelizmente, eles estão em todos os Estados — estão soltos. Se estão soltos é porque determinado membro do Judiciário entendeu que assim deveria ser: eles deveriam estar soltos, e acabou. O bandido matou, mandou matar, trocou vítimas como se as pessoas fossem sua propriedade, e está solto. Fulano mata lá, o outro mata aqui; trocam matadores e estão nas ruas.

A partir daí começamos a pensar: por onde começar? Reformar o quê? Criar novas leis? Será esse o caminho? Quando, no seu sentimento de impunidade, alguns homens não querem cumprir as leis, porque sabem que com eles



provavelmente nada vai acontecer, acabam absolvendo outros, deixando outros impunes.

Temos tido momentos angustiantes quando observamos — e tenho muito apreço e respeito pelo Judiciário — alguns membros daquele Poder. Como disse o Deputado Josias Quintal, muitas vezes pessoas vêm depor nesta Casa com um salvo-conduto, um alvará que lhes assegura não ser preciso falar a verdade. E é total a impunidade. É profundamente lamentável. Está-se brincando com o sentimento do povo brasileiro.

Lembro-me, por exemplo, e é de triste memória, de um crime bárbaro acontecido quando ainda muito garoto — tenho 47 anos agora —, o caso Aracely, que ficou tão conhecido. Na época, as pessoas diziam: *“Olha, não vai acontecer nada, porque quem matou são filhos de ricos e influentes”*. Essa impunidade é um total desserviço à nossa juventude, àqueles que acham que podem fazer alguma coisa; àqueles que vêm grupos profissionais roubando, matando, assassinando e gostariam de mudar a realidade. Infelizmente, os bandidos estão nas ruas.

Observamos, Sr. Secretário, por outro lado, uma polícia totalmente desmotivada. O policial está desmotivado.

Sou de um Estado onde um delegado de polícia, no início de carreira, ganha 2.500 reais brutos e um líquido de apenas 1.840 reais. Que policial vamos ter? Para ser delegado é preciso estudar muitos anos e prestar um concurso difícil. Sou delegado de polícia e me lembro que os companheiros da academia diziam que só se era feliz do dia da aprovação no concurso até a entrada na academia e o recebimento do primeiro salário, já na academia. Todos imaginam que esse primeiro salário esteja errado, ou seja, que no mês seguinte virá mais. Mas, no mês seguinte, nova decepção. Assim, já se sai da academia totalmente desmotivado.

Por isso, muitos policiais hoje fazem da polícia um bico, não a sua atividade primeira. Infelizmente, aqueles que não são vocacionados — e alguns não são tão vocacionados — acabam usando a sua condição funcional ou o seu cargo de policial para simplesmente aumentar o seu currículo e, em um outro serviço, ganhar melhor. Ainda bem que muitos são assim. E, infelizmente, há outros que entram num outro caminho, o do ganho fácil, e acabam se perdendo.



Temos uma boa polícia neste País. Talvez não tenhamos apenas uma política de segurança pública mais definida. Deixo uma pergunta para V.Sa.: qual tem sido o papel ou a atuação da Secretaria Nacional de Segurança Pública? Ouvimos falar tanto dela. Quando ela foi criada, pensamos que haveria uma articulação entre as polícias, porque o problema do Rio de Janeiro é o mesmo do Espírito Santo, que não é diferente do de São Paulo, do da Bahia ou do de Minas Gerais. Portanto, o crime hoje se nacionalizou. Organizou-se de forma total neste País.

Infelizmente, não temos visto de forma muito clara o papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública na coordenação desse trabalho. Na minha forma de ver, a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem um papel muito importante exatamente por ser nacional. É uma Secretaria que, de qualquer forma, poderia nos ajudar. Temos, por exemplo, nas polícias do Brasil inteiro, um sistema de comunicação totalmente atrasado. Qualquer menino, em qualquer bairro, pega um radinho, um *walkie-talkie*, e acaba interferindo nas nossas informações. Quando alguém liga para o 190, uma viatura é acionada, mas na hora em que entra no rádio da viatura, o bandidinho que está próximo já está ouvindo e dizendo o seguinte: *“Vamos vazar porque vai ter problema, a polícia está vindo”*. Seria papel também da Secretaria Nacional de Segurança Pública organizar um sistema de comunicação.

Deixo uma pergunta a V.Sa.: qual tem sido a atuação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, principalmente em Estados como o Espírito Santo, que tem muitos problemas em função do crime organizado e de maus políticos que acabaram atuando diretamente nessa área e colocando muita coisa a perder?

A segunda pergunta que faço é: qual o número de policiais civis e militares no seu Estado em proporção à população?

No Brasil, infelizmente, o número de crimes esclarecidos ainda é muito pequeno. A média nacional está em torno de 6%. É lamentável, porque 94% dos criminosos têm total impunidade. E alguém que viu que o outro matou e nada aconteceu acaba matando também, porque sabe que ninguém vai descobrir.

Qual o percentual de crimes esclarecidos no Estado do Espírito Santo? V.Sa. tem esse dado? Foi também falado sobre o problema da Polícia Federal. Lamentavelmente, a Polícia Federal está em greve. Hoje pela manhã, vi uma reportagem de televisão feita no Estado de São Paulo. Os policiais reclamavam que,



além de terem seus salários muito apertados, não têm armas e munições. Um policial explicava que, para fazer qualquer operação, geralmente, é preciso trocar armas, emprestar a sua arma para o outro. E, muitas vezes, ele tem de comprar a própria munição para desempenhar seu trabalho.

Por derradeiro, pergunto: qual tem sido o montante de recursos repassados do Fundo Penitenciário para o Estado do Espírito Santo? Temos hoje no Fundo Penitenciário mais ou menos 340 milhões de reais. Já andei reclamando muito em relação a esse fundo, porque 45,8% do Fundo Penitenciário é composto de verbas que vêm exatamente do Estado de São Paulo e, infelizmente, somente 3 ou 4% voltam para lá, mas, logicamente, aqui não estamos falando do Estado de São Paulo, estamos falando do Brasil, porque o problema é nacional. E, se está ruim em qualquer outro Estado, está ruim também no Estado de São Paulo.

Então, gostaria de perguntar a V.Exa. qual o valor que o Fundo Penitenciário tem destinado ao Sistema Penitenciário do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coronel Alves) - Obrigado, Deputado Gilberto Nascimento.

Com a palavra o Dr. Rodney, Secretário de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo.

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - V.Exa., delegado como eu, irá corroborar com a frase que vou pronunciar: segurança pública nunca foi prioridade para ninguém. Por isso, alcançamos esses índices de impunidade e violência. Quando conseguíamos limitar a violência às camadas mais pobres, não havia interesse em se resolver o problema, somente agora, que está avançando, graças à desigualdade e a todo esse processo que está corroendo a nossa sociedade, as pessoas estão começando a acordar.

Espero, até porque tenho filhos, que não seja tarde demais. Tenho obrigação para com eles, afinal eles estão aqui por minha vontade e pela vontade maior de Deus.

Para mim, o que está acontecendo hoje, como bem disse V.Exa., é uma cultura à violência. Hoje, a violência é uma coisa banal, e aí volto a insistir na responsabilidade social da mídia. Só se enfatizam os bandidos, as coisas ruins, infelizmente. Ouvi jornalistas dizerem que se a coisa for positiva, a redação não



deixa passar. Se for negativa e tiver imagem forte vai ao ar. Na televisão há vários programas voltados exclusivamente para mostrar o complicado.

Um dos grandes problemas da polícia hoje no País é gerenciamento. Eu acho que a polícia e a segurança pública têm de ser tratadas como uma empresa particular. Como assim? Conseguir o máximo com o mínimo de recursos, e é o que estamos tentando fazer no Espírito Santo. Com que objetivo? Qual é nosso público? A população. Qual o nosso lucro? Diminuição dos índices de violência. E é por aí. Eu tenho formação em Administração, além de Direito. Então, estamos fazendo todo um planejamento, mudanças estruturais, como disse o Deputado Josias, estamos patrocinando isso, e esse é o papel da Secretaria de Segurança no nosso Estado.

V.Exa. perguntou sobre o papel da SENASP. Temos tido vários contatos com o Secretário Nacional e com o próprio Ministro. Não sei bem a proporção, mas 80% ou 90% da verba disponível para a SENASP hoje é para pagar dívidas do passado, cobrir restos a pagar. Então, não dá para promovermos uma coordenação — e aí volto a insistir em que há de se ter uma fonte. Essa idéia da verba do FUST foi para reforçar a SENASP, a fim de que ela pudesse ter esse papel integrador. Depois, com a verba disponível, vamos ver se a equipe promoverá essa integração do Sistema Único de Segurança Pública e como vamos implantar isso.

O atual administrador, Dr. Luiz Fernando Corrêa, um colega de política, é uma pessoa operacional e sente os problemas do Espírito Santo. Alguns Secretários têm sido, dentro das possibilidades mínimas de que dispomos, muito bons administradores, mas muito aquém do que precisamos, até por conta da falta de prioridade que se dá à segurança hoje no País. Então, ele não fala, mas vemos que está limitado em sua atuação por conta de limitação maior ainda em termos de orçamento. A idéia de usar recursos do FUST foi para reforçar a atuação do Secretário, nunca para criticá-lo, ou à sua equipe. Ele tem idéias de integração de comunicações, de integração de inteligência e até de integração operacional, começando regionalmente, por meio de gabinetes regionais de segurança, e, a partir daí, avançar ainda mais. Vemos, porém, que ele está limitado por falta de recursos

Com relação a nosso efetivo, e é um efetivo herdado, há 1.700 policiais civis no Estado e cerca de 7 mil policiais militares, sendo que, desses 7 mil, 10% estão à disposição do sistema prisional. Proporcionalmente, somando-se isso, dá em média



500 a 600 habitantes por policial. E aí há a volatilidade da nossa população. Por exemplo: em Vitória há 300 mil habitantes para um efetivo existente no batalhão de 500 a 600 policiais. Mas, com a população flutuante, a proporção policial por habitante cresce para 1 por 1000.

Repito sempre uma frase do Governador: *“infelizmente, pelas condições em que encontramos o Estado, nosso sapato não conseguiu crescer ainda, está do mesmo tamanho; então, não podemos deixar crescer muito o pé, senão, vamos cometer os erros do passado, que são salários atrasados e dívidas para os próximos Governos”*.

Nesse plano de recuperação, S.Exa. me autorizou a contratar mais 350 policiais militares. Isso vai ser feito. Já havia um concurso em andamento, vamos aproveitá-lo no segundo semestre. Amanhã terei reunião com o Governador, e possivelmente S.Exa. anunciará a contratação de mais 20 peritos. É do que estamos precisando. Mas não dá para ir muito além disso. Sobre os 2 últimos anos, como expliquei no início, segundo o Governador, estamos passando aperto nos 2 primeiros anos, mas, nos 2 últimos anos de administração, teremos as condições necessárias, dentro das possibilidades do Estado, para avançar também nessa área.

Tenho cuidado da minha Secretaria com alguma dificuldade, mas consegui aproveitar um convênio ainda do Governo passado que já estava vencendo e montei um centro operacional integrado, a ser inaugurado no mês que vem. Espero que esse centro operacional resolva os problemas de comunicação. Vou à SENASP agora à tarde, onde tenho um projeto para aquisição de antenas modernas, digitais. Montamos um sistema de inteligência que não existia, também moderno; estamos trabalhando com esse raciocínio de tecnologia e informação e temos conseguido alguns bons resultados já este ano e, por conta disso, algumas reduções.

Por isso, acho que não é uma batalha perdida; os 4 pontos têm de funcionar: polícia, Judiciário, Ministério Público e sistema prisional, todos afinados, todos com as mesmas condições de trabalho e de controle.

Acredito, e trabalho para isso, que uma polícia bem organizada, bem estruturada e eficiente tende a reduzir o problema da violência. Não acaba, mas tende a reduzir. Estamos trabalhando nessa hipótese, aumentando nossa eficiência e proporcionando melhores condições. Parto do princípio da valorização do policial.



Acredito, como disse o Deputado Josias, que temos policiais com problemas, mas é uma pequena parcela, que, infelizmente, devido à valorização da mídia e também pelos recursos que eles usam, têm mais destaque. Assim, acaba havendo uma generalização da conduta, tachando-se bons policiais de maus policiais, por conta de um ou outro que teima em se desviar da conduta.

Tive a oportunidade de receber em meu gabinete a Dra. Asma Jahangir, paquistanesa que é relatora especial da ONU. Lá ela apresentou proposta de criar um outro organismo para fiscalizar as polícias. Argumentei com ela o seguinte: quem me garante que esse novo organismo também não vai ter os mesmos problemas que a polícia? Teríamos, então, de criar um terceiro, quarto ou quinto organismo, um círculo vicioso. Disse-lhe que no Espírito Santo estamos tendo todo o rigor com os novos policiais e buscando a valorização dos bons, porque só resgatando o orgulho em relação a seu fardamento e a seu distintivo é que os bons vão combater os maus policiais.

Falo isso porque já fui da Polícia Civil e já tive o desprazer de prender colegas, de ajudar a expulsar colegas da nossa instituição; na Polícia Federal foi a mesma coisa, um bom policial não admite que um mau policial estrague o nome de sua instituição. Depois de ouvir tudo isso, ao sair do nosso gabinete, a Dra. Asma Jahangir disse que aquele foi o contato mais proveitoso que ela teve no País, e não nos furtamos a falar o que queríamos.

Em relação ao inquérito e à elucidação de crimes, tenho o de homicídios, que é o que mais nos marca lá: nunca havia passado de 20%, conseguimos, no ano passado, subir para 40% com pico de 60%. Ainda é muito pouco, mas é um avanço em relação ao histórico de impunidade no Espírito Santo e no Brasil. Sabemos que a média nacional é essa, mas também sabemos que aqui em Brasília, por exemplo, se alcança taxas de 90%. Estamos investindo na polícia bem paga e bem equipada.

Vou ficar devendo a V.Exa. a informação relativa ao Fundo Penitenciário, porque lá no Estado é a Secretaria de Segurança e Justiça que cuida disso, posso, porém, mandar depois por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coronel Alves) - Pergunto ao Deputado Gilberto Nascimento se está satisfeito com a resposta. *(Pausa.)* S.Exa. está satisfeito.



A próxima oradora inscrita é a Deputada Rose de Freitas, a quem com muita honra recebemos na nossa Comissão. S.Exa. é defensora do povo capixaba e aqui bem o representa, por isso temos grande felicidade em vê-la entre nós.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, agradeço as elogiosas palavras de V.Exa., que tem feito jus à reputação que goza entre os seus companheiros nesta Casa, pela dedicação ao trabalho legislativo sempre tão questionado, mas de grande valia quando se encontram homens da sua estatura política e moral e que serve tão bem à população brasileira.

Tenho a oportunidade agora de participar deste encontro ao lado do Deputado Gilberto Nascimento, um militante da causa da segurança pública e que, em todos os momentos nesta Casa, está presente com seus propósitos.

Inicialmente saúdo o Secretário de Segurança do nosso Estado e o parabeno pelo trabalho executado. A sua tarefa é difícil. V.Sa. disse muito bem que a segurança nunca foi prioridade nas administrações públicas.

Além da prioridade, há outro enfoque que, tenho certeza, está embutido aí. Trata-se de um certo corporativismo com que as administrações públicas conviveram — e o corporativismo está presente em todas as áreas. Isso foi muito prejudicial.

Eu fui Deputada Estadual e convivi com muitas batalhas entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. Em todos os momentos a batalha era a favor de suas reivindicações mais imediatas, enquanto a população sempre era secundarizada.

Quero acrescentar ao debate um conceito que está alcançando a população brasileira, no sentido de que as administrações hoje estão voltadas a debater a segurança pública, mas o acúmulo do passado impede que os efeitos sejam surtidos imediatamente. Divirjo de V.Sa. quando diz que a imprensa enfatiza as coisas ruins, esquecendo-se das boas. Ora, Secretário está tão ruim que não se tem coisas boas para mostrar. Porque estamos tentando refazer aquilo que já foi destruído insistentemente pela falta de interesse, pelo descaso, por todos os erros que se pode cometer na administração pública.

Às vezes falo da segurança pública como falo do saneamento básico. Militei na Frente Parlamentar do Saneamento Básico e era conhecida nesta Casa, desde a Constituição, como a Deputada que defendia o saneamento básico. Ruas



asfaltadas, embaixo nenhuma manilha; casas construídas, perto nenhum esgoto, e isso tinha de explodir em algum lugar, como explodiu, Secretário. O País cheira mal com todas as decisões que são tomadas nessa área.

É impossível que a imprensa não retrate com alarde o que acontece no País, em todos os setores, práticas absolutamente inaceitáveis, como a tortura de pessoas por policiais. A questão dos direitos humanos, a dignidade nacional está ferida exatamente nessa área. Podemos buscar solução para a saúde, não é difícil encontrá-la — e, aos poucos, estamos equacionando uma série de problemas por meio de política que vem sendo implantada gradativamente —, mas quando está ferida a dignidade da categoria, pela ineficácia e não é só pela falta de dinheiro, mas por profissionais ruins, é diferente. E isso também é resultado da abertura que se fez anos atrás, quando se colocava na polícia qualquer cidadão.

Lembro-me de que, no Estado Espírito Santo, qualquer um que fosse amigo do delegado tal ou seu parente entrava para a polícia. O Deputado Gilberto lembrava aqui que hoje, devido ao efeito cascata, essas coisas também continuam acontecendo. Quer dizer, fala-se muito em nepotismo no Judiciário e na classe política, mas não se fala nessa categoria, que quase que recruta familiarmente os seus filhos, as suas noras, fazendo uma polícia que não sei no que vai resultar.

É evidente que o treinamento profissional, técnico e psicológica, para se ter um profissional saudável na rua, é fundamental. É claro que o salário reflete a valorização dessa categoria e da sua atividade e que esse é um assunto que se trata neste País ainda com descaso.

Ainda ontem vi a Governadora do Rio de Janeiro tomar uma posição que talvez não tenha entendido bem, porque eu passava de uma Comissão para outra. Mas me pareceu que S.Exa. entregou para o Governo Federal, para as Forças Armadas, o controle das ações nas favelas do Rio de Janeiro.

Discuti o que está na Constituição até com o Presidente Fernando Henrique quando ocupei a sua Assessoria Especial, na época em que perdi a eleição para o Governo do Estado do Espírito Santo. Ou eu não leio a Constituição, ou não sei o que escrevi nela, ou todos estamos fingindo ser bobos, ou, então, estamos interpretando algum papel diferente para a sociedade brasileira. Porque a Constituição, no seu art. 142 e outros, diz:



“Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Pelo amor de Deus, expliquem onde é que a lei está sendo cumprida, onde é que a ordem está vigendo neste País, se nesses bolsões ou em parte da sociedade, perifericamente ou dentro dela. Onde a ordem e a lei estão sendo mantidas? Onde bandidos caracterizados e vestidos de policiais, com viaturas policiais e armas das Forças Armadas estão no meio da rua, fazendo *blitz* para assaltar e matar pessoas? Essa é uma ordem?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Deputada, permita-me um breve aparte apenas para lembrar a V.Exa. que o próprio Estado, os próprios Governos são os primeiros a descumprirem a Constituição

Com relação às Forças Armadas, a Constituição é muito clara ao estabelecer as condições em que elas devem ser empregadas. Mesmo assim, repetidamente, elas têm sido empregadas de forma completamente diversa do previsto. Creio que, por 6 vezes, as Forças Armadas atuaram no Rio de Janeiro, sem qualquer respaldo legal, infringindo frontalmente a Constituição. E é o próprio Governo quem faz isso.

De fato, este País não é muito sério.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Mas quando se trata de garantir a ordem e a segurança da sociedade, todas as forças disponíveis do País devem estar à disposição da sociedade brasileira. Não está escrito que *“todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”*? Ora, as necessidades reais e a dignidade nacional são feridas a todo momento.

Sr. Secretário, no Estado do Espírito Santo, onde V.Sa. trava árdua batalha, antecederam V.Sa. outros homens de bem. Solitariamente, essas pessoas lutavam, enquanto outros políticos do Estado, atrás dos biombos, faziam acordos com o crime organizado. Nos palanques, esses políticos abraçavam bandidos — e existem fotografias que comprovam essas histórias. Existiram, porém, homens e mulheres



solitários no exercício de suas profissões, às vezes, meros profissionais liberais, e alguns políticos decentes que não fizeram parte disso nem foram coadjuvantes nessas cenas.

É necessário olhar para os fatos ruins da Nação. Até mesmo Jesus, quando entrou no templo e viu a farra que ali acontecia, quebrou tudo e não admitiu o que estava sendo feito — sou católica e gravei essa cena. Também observo a ira com que a população hoje vai às ruas para protestar e a indignação que a imprensa manifesta ao correr para registrar os fatos.

O Sr. Secretário mencionou que a representante da ONU o visitou no Estado e propôs a constituição de uma comissão para fiscalizar a polícia. Em minha opinião, V.Sa. deveria ter aceitado de pronto essa idéia. Parte-se do pressuposto de que será uma comissão composta de pessoas sérias e idôneas, devidamente pesquisadas em relação à conduta profissional, ética e moral, para fazer um trabalho que precisa ser feito por alguém. O Estado não tem condições de fiscalizar as polícias.

V.Sa. citou alguns inquéritos. Posso citar outros tantos que deixaram de receber uma sentença justa devido a pedidos de políticos. Isso ocorreu em nosso Estado do Espírito Santo. Outros tantos inquéritos tiveram o beneplácito da lei — não foi somente a Administração Pública que se corrompeu. Quando a Administração Pública vira as costas para uma realidade tão gritante como essa, o Poder Judiciário já se mancomunou com o crime há muito tempo. E quando, dentro do Poder Legislativo, a representação legal vinda da sociedade começa a ser exercida, em grande número, por verdadeiros marginais, a pergunta do Deputado Gilberto Nascimento se faz coerente: *“será que essa situação tem solução?”*.

Sou uma pessoa cheia de fé e esperança. Às 3h da manhã, eu ainda estava numa reunião tentando encontrar uma saída para resolver problemas relativos à luta das mulheres no que tange à violência. Estou envolvida nas questões que dizem respeito à sociedade. Acredito em Deus e nos homens. Mas é preciso inovar. Temos de procurar uma saída muito mais criativa do que essa que aí está.

O Governo está propondo que se dê poder de polícia às Forças Armadas. Em minha opinião, as Forças Armadas já têm devidamente reconhecido no texto o poder



constitucional de socorrer a sociedade em caso de desordem pública, situação que vivemos hoje.

Creio que o registro feito pelo Presidente não foi bem explicado ou eu não o interpretei bem. S.Exa. falou sobre um projeto que dota o Orçamento — na verdade, falou em carimbar, mas não é esse o caso — de recursos para assegurar as políticas do setor de segurança pública. E V.Sa. falou sobre outros recursos, que viriam de uma reserva de contingência. A idéia do projeto mencionado pelo Presidente, cuja autoria desconheço, é dar uma margem de garantia de aplicação dos recursos orçamentários na execução das políticas de segurança pública. Isso não é uma coisa qualquer, é muito importante.

Levamos anos para conseguir um percentual para a educação, estamos tentando o mesmo para a saúde, e a segurança pública é item também absolutamente prioritário. Penso que não é abrir mão de uma coisa para ter outra, mas assegurar essa que, com certeza, vai diminuir as aflições que V.Sa. tem hoje devido à absoluta falta de recursos que conhecemos pelas narrativas do Governador.

Fora isso, quero não só agradecer a V.Sa. como parabenizá-lo e me colocar à disposição no Congresso Nacional para ajudá-lo naquilo que for necessário. O meu respeito e o meu agradecimento sincero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coronel Alves) - Deputada Rose de Freitas, muito obrigado pela participação de V.Exa. Tenho certeza de que sua presença engrandece a Comissão de Segurança Pública. Sabedores que somos de que V.Exa. não faz parte, como titular ou como suplente, desta Comissão, estendemos o nosso convite permanente para V.Exa. estar sempre aqui presente, o que muito contribuirá com nossos trabalhos.

O autor do projeto que citei — e usei o termo carimbar, mas o certo é colocar no Orçamento da União —, entre outros, é o Deputado João Campos, que tem apresentado também outros projetos na área.

Passo a palavra ao Secretário de Segurança Pública, Dr. Rodney Rocha Miranda, que disporá de 3 minutos para as respostas. É um tempo exíguo, mas já são 12h30min, e sabemos que todos têm outros compromissos.

Tem V.Sa. a palavra.



O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Deputada Rose de Freitas, em primeiro lugar o meu respeito e meus agradecimentos a V.Exa. pelas palavras. Infelizmente V.Exa. não pôde estar presente no começo da minha exposição, e também não tivemos outras oportunidades de debater esse assunto da segurança, tão importante para o nosso Estado. Salvo engano, tive poucas oportunidades de conversar com V.Exa. Convido V.Exa. e o Deputado Nilton Baiano para, quando tiverem um tempinho, conhecerem o que estamos fazendo na Secretaria de Segurança e quais são as nossas propostas, porque o tempo não vai dar para detalharmos tudo.

Primeiro, com relação à responsabilidade social da imprensa. Deixei bem claro que não se trata de censura, Deputada. Tenho alguns exemplos. A nossa administração — e V.Exa. a tem acompanhado — se pauta em transparência e integração. Não me furto a responder por qualquer tipo de problema, mesmo não causado diretamente por mim, e tomo algumas atitudes, inclusive muito mal vistas nas nossas polícias, que refletem a minha indignação ante determinados fatos que ocorrem; não permito, não admito, e as pessoas que trabalham comigo também não.

Quanto à exposição negativa, vou citar só um exemplo: um jornal de grande circulação no Espírito Santo publicou na primeira página, em manchete, que professora e filha foram vítimas de seqüestro relâmpago. Abrindo o jornal, estava lá a reportagem que dizia que a polícia prendeu todos os bandidos, que eram 3, e que as duas não sofreram nenhum arranhão. Aquela manchete negativa, no mínimo, foi maldosa. É esse o tipo de exposição a que me refiro.

Tenho muito medo da banalização da violência. Não quero coibir a imprensa de prestar o relevante papel que tem perante a democracia e a manutenção das instituições. O que condeno é que se mostre, num horário em que as crianças têm acesso à televisão, um corpo no meio da rua, para que essas crianças não cresçam pensando que aquilo é uma coisa comum e, a partir daí, adquiram a cultura da violência. A única restrição que tenho é em relação a isso.

Os jornalistas sabem que respondo a qualquer hora e dia, no final de semana, à noite, de madrugada, a qualquer questionamento e, quando não tenho a resposta de pronto, vou atrás.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Secretário, se V.Sa. me permitir, gostaria de fazer apenas uma observação.



O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Não está previsto um debate nem quero fazê-lo. Não sei como fugir dessa realidade tão cruel. Quando no Iraque se mostra o que fizeram com os americanos dentro de um carro, aqui, em um presídio... Em qual Estado?

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Em Rondônia, canibalismo.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Mostram-se partes de pessoas esquartejadas sendo jogadas do alto.

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Pois é, Deputada. É isso que digo...

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Aqui não há banalização da violência, há mais do que isso. O mundo se horroriza com as imagens do Iraque, mas não precisamos ir até lá para ver nada. Está aqui na nossa cara: cortam cabeça, degolam e mostram como um troféu que se ganha em um campo de futebol.

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Desculpe, Deputada, não estou aqui falando de censura.

(Intervenção inaudível.)

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Eu tenho, mas temos outras gerações, Deputada. Temos crianças, tenho filhos de 13, 11 e 2 anos. Eu me preocupo também com a minha família. Tento evitar isso, mas V.Exa. sabe que não estamos permanentemente perto deles e nem temos sistemas para restringir essas imagens. É preciso conscientizar as pessoas para que tenham essa conversa, como faço com a minha família. Mas, como V.Exa. sabe, o mundo moderno cada vez mais nos afasta das nossas casas.

Ouvi um jogador de futebol dizer que ele não precisava dar bom exemplo, porque quem tinha que dar bom exemplo era o pai. Eu discordo. Esse jogador, às vezes, está mais dentro da minha casa do que eu mesmo, através da televisão, do noticiário. Ele é um homem público, ganha dinheiro com a sua exposição pública, além do talento, logicamente. Ele tem uma responsabilidade social, sim, com relação a todas as crianças que se espelham em sua imagem, até para seguir a mesma carreira. Então, ele deve dar o exemplo.

Um ator, dia desses, foi preso com drogas. Esse é mau exemplo, na minha opinião. Todo mundo tem que assumir a sua responsabilidade: a imprensa, todos



nós. Tenho muito cuidado com o que falo para não ser mal interpretado, para não passar uma imagem negativa para as pessoas que ainda estão em formação.

Com relação à proposta da paquistanesa, já existe um instrumento de controle externo das polícias, que é dado ao Ministério Público. A proposta dela foi a criação de um outro órgão, e não de uma comissão, para controlar os outros órgãos, ou uma outra instituição para controlar as outras instituições. O que eu disse é que é mais fácil tentarmos valorizar os bons policiais, que são maioria, e trabalhar com requalificação, boa formação, bons salários, boa condição de vida para eles, do que criarmos uma outra instituição, que deverá necessariamente ter, como V.Exa. disse, Deputada, uma boa formação, uma boa investigação. Temos que fazer isso nos nossos quadros e ali promover essa limpeza, que é necessária e que estamos promovendo.

Estamos encaminhando propostas, no Estado do Espírito Santo, que estamos levando a efeito, de criação de uma academia integrada, de criação de uma corregedoria única, de criação de uma ouvidoria-geral, para ajudar nesse controle social, na formação das nossas polícias para controlar esses desvios de conduta.

Para encerrar, gostaria de esclarecer que fui mal interpretado com relação às Forças Armadas. Volto a insistir que sou contra a participação não porque todos os órgãos tenham que combater, mas porque a formação das Forças Armadas é diferente, ou seja, é para a proteção da soberania, embora a Constituição apresente que é para a manutenção da lei e da ordem.

Considero um perigo um soldado que passará no máximo um ano nas Forças Armadas e receberá um treinamento precário ter de enfrentar um traficante. O medo de alguns oficiais das Forças Armadas com os quais tenho converso é que haja a contaminação da instituição por conta do despreparo desses policiais. O perigo maior não é o de matar, mas o de corromper, de levar isso para dentro do Exército brasileiro, da Aeronáutica, que não estão a salvo. O medo é que esse perigo aumente.

Devemos trabalhar para combater a criminalidade com a polícia, que tem treinamento para isso, e dar melhores condições, em vez de irmos a combate com o Exército. Essa é a minha opinião pessoal, Deputada, não a do Governo do Estado



do Espírito Santo. É minha opinião pessoal, baseado no que já estudei sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coronel Alves) - Obrigado, Dr. Rodney.

Pergunto à nobre Deputada Rose de Freitas se está satisfeita com as respostas dadas ou se deseja fazer uma réplica.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Estou satisfeita. Não posso, pelo adiantado da hora, fazer observações. Espero ter oportunidade de debater a questão do medo de se corromper. Isso significa que não há estrutura para se manter na dignidade, o que é um absurdo.

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Está convidada, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coronel Alves) - Obrigado, Deputada. Como eu disse, a sua presença engrandece a nossa discussão e os nossos trabalhos aqui. V.Exa. tem uma percepção muito grande e é uma expressão da voz e da sociedade brasileira. Entendemos o seu sentimento, sabemos que o assunto é muito questionado, e é importante que esta Casa o discuta.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Nilton Baiano, representante do povo bom e alegre do Estado do Espírito Santo.

Peço a V.Exa. brevidade em sua manifestação, assim como ao Sr. Secretário em sua resposta, para que possamos encerrar, visto que temos outros compromissos.

O SR. DEPUTADO NILTON BAIANO - Obrigado, Sr. Presidente, por ter me cedido a palavra e por ter feito referência elogiosa ao nosso povo do Espírito Santo.

Gostaria de cumprimentar o Secretário, Sr. Presidente. Estou triste por não estar aqui desde o início. V.Exa. ligou para o meu gabinete, e, assim, cheguei em tempo de ver o Secretário, mas não em tempo de ouvi-lo.

Sr. Secretário, gostaria de parabenizá-lo, assim como o Governo, porque sentimos que hoje existe um sentido diferente de combater a criminalidade.

O crime organizado, como dizem, que é o crime geral e o crime de extermínio, é uma preocupação e deve ser combatido de forma profissional, como tem sido feito. Agora, o que observamos, e a população na rua também, é o pequeno crime, aquele de tirar o patrimônio da pessoa, e até o de tirar a vida também. E fala-se que esses crimes ocorrem muito em função do tráfico de droga. Sei que há combate ao crime,



mas a população na rua diz que enquanto se preocupam com o crime organizado, a questão do crime menor, ao patrimônio ou até à vida ficam em segundo plano. Vemos no Estado, pelo menos as estatísticas apontam, que esse tipo de crime tem se mantido num patamar que assusta muito a população.

Seria sobre esse ponto a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coronel Alves) - Com a palavra o Secretário.

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Deputado, já expus esses números aqui e vou repeti-los: no ano passado, em relação a 2002, tivemos um aumento de 1.300% no total de drogas apreendidas no Estado. Isso sem contar a Polícia Federal, que também bateu recordes.

Concordo plenamente com V.Exa. que quase tudo, infelizmente, tem raiz no tráfico de entorpecentes. É um problema nacional que tem sido combatido de frente pelo Espírito Santo. Já nos primeiros 4 meses deste ano, temos alguns resultados positivos com relação a alguns crimes, como, por exemplo, seqüestro relâmpago, furto e roubo de veículo, todos eles em patamares bem baixos em relação aos últimos 4 ou 5 anos no Estado.

Temos trabalhado essa questão, e não interromperemos esse trabalho pelos bons números do ano passado. Aumentaremos ainda mais essa repressão neste ano.

Metade dos homicídios não-passionais no Estado são cometidos por algum tipo de envolvimento com o tráfico de entorpecentes. Já existe um mapeamento e estamos trabalhando em cima disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coronel Alves) - Obrigado, Secretário.

Pergunto ao Deputado se está satisfeito com a resposta. (*Pausa.*)

Não havendo mais inscritos para usar a palavra, concedo a palavra novamente, para suas considerações finais, ao Sr. Secretário Rodney Rocha Miranda.

O SR. RODNEY ROCHA MIRANDA - Quero apenas agradecer à Comissão, ao nosso Deputado Coronel Alves e aos demais Deputados pela oportunidade de vir aqui falar, timidamente ainda, de progressos na segurança pública em nosso Estado, o Espírito Santo, sobre alguns planos e também fazer algumas reivindicações de caráter geral com relação a mudanças estruturais que entendo



devam acontecer para que possamos ter mais êxito no combate à violência no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coronel Alves) - Obrigado, Secretário.

Agradeço a presença aos Srs. Parlamentares, que muito engrandeceram a nossa audiência pública, assim como aos assessores. Agradeço especialmente a V.Exa., Sr. Secretário Rodney Rocha Miranda, pela participação em nossa Comissão. Já disse e repito que a exposição de V.Exa. muito servirá para que tenhamos um retrato cada vez mais fiel da segurança pública do País, tema que preocupa toda a nossa sociedade e também o exterior.

Para o Brasil, não é bom ter divulgadas as imagens do que vem ocorrendo aqui, principalmente neste mês de abril, em Rondônia, no Rio de Janeiro, na penitenciária e na reserva indígena. Os fatos, com certeza, correram o mundo, e isso não é bom para o País.

Nesta Casa, trabalhamos para conter a escalada da violência, que não é só um problema de segurança pública, mas de várias outras políticas que não dão e não deram certo e acabam aquecendo o tema principal: segurança pública. Procuramos, como Parlamentares e como policiais que fomos, responder a contento a todos os desafios que nos são colocados em nossos Estados e no País.

Obrigado, Sr. Secretário. Leve ao povo capixaba nosso mais respeitoso cumprimento, especialmente ao Governador Paulo Hartung, que nos recebeu com muita galhardia e nos expôs, com muita tranqüilidade, todo o trabalho que vem sendo realizado não só em relação à segurança pública, mas em relação à nova forma de ver o Estado do Espírito Santo.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a realizar-se no dia 4 de maio, às 14h30min, no plenário 6 do Anexo II, com a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e do Diretor-Geral da Polícia Federal, Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, para tratar os seguintes temas: possível envolvimento ilegal de policiais federais com o FBI, conforme denúncias do ex-chefe dessa instituição no Brasil; propósito do Ministério do Justiça no tocante à segurança pública para o ano de 2004; andamento do Plano Nacional de Segurança Pública; as recentes ocorrências



de violência e criminalidade na cidade do Rio de Janeiro; finalmente, atos ilícitos ocorridos na reserva indígena de Roosevelt, em Rondônia.

Está encerrada a reunião.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Número: 0439/04

COM REDAÇÃO FINAL

Data: 29/4/2004
